

ATA DO CONSELHO GERAL

Ata n.º 2 do ano de 2023

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três no Centro De Férias do INATEL da Foz do Arelho, sito à Rua Francisco de Almeida Grandella n.º 17, 2500-487 Foz do Arelho, teve início às catorze horas o Conselho Geral Ordinário, convocado pelo Presidente da Mesa Coordenadora, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do art.º 24.º do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI).

Presidiu ao Conselho Geral o Vice-Presidente da Mesa Coordenadora – Joaquim Galvão, por impossibilidade de presença do Presidente José Adriano Santos Medeiros, Secretários – Jorge Lopes, Paula Fernandes e Telmo Bastos, vogais – Isilda Lopes Dias e Jorge Pires.

O Presidente da Mesa deu as boas-vindas a todos os presentes e efetuou a chamada das Delegações Distritais, verificando-se falta de quórum, por não se encontrarem a maioria dos seus membros na sala, pelo que suspendeu o Conselho Geral, nos termos Estatutários, informando que o mesmo se vai reiniciar pelas quinze horas, independentemente do número de conselheiros que estiverem presentes.

Os trabalhos foram reiniciados pelas 15h00.

Foi feita novamente a chamada das Delegações Distritais e responderam as seguintes delegações:

AÇORES; AVEIRO; BEJA; BRAGA; BRAGANÇA; CASTELO BRANCO; COIMBRA, ÉVORA; GUARDA; LEIRIA; LISBOA; MADEIRA; PORTALEGRE; PORTO; SANTARÉM; SETUBAL; VIANA DO CASTELO; VILA REAL; VISEU, DIREÇÃO NACIONAL, MESA COORDENADORA E CONSELHO FISCAL.

Falta a delegação de Faro.

O número de presenças perfaz um total de 349 (trezentos e quarenta e nove), constituindo quórum, conforme lista de presenças.

O Presidente da Mesa (PM) desejou um bom dia de trabalho a todas as Delegações e apelou ao bom andamento dos trabalhos.

Para efeitos do disposto no nº 1 do art.º 3º do Regulamento de Funcionamento dos Órgãos Deliberativos foi pelo PM lida a Convocatória do Conselho Geral Ordinário,

Esta é a ordem de trabalhos da convocatória

1. Informações;

2. Apreciação, discussão e votação do ORÇAMENTO DO STI, para 2024 (Gestão Corrente e FAS);

3. Análise da situação político/sindical atual;

4. Diversos

4.1. Recurso de processo disciplinar

4.2. Recurso do Sócio Sérgio Santos sobre decisão da DN relativa ao FSE

O PM pergunta se existem propostas de alteração à ordem de trabalhos

Foram apresentadas duas propostas de alterações à ordem de trabalhos:

Proposta 1 - DD Coimbra

Proposta 2 - DD Porto

Palavra à DD Coimbra para apresentação da proposta 1

O Presidente da Delegação Distrital de Coimbra Hélder Ferreira defendeu a proposta 1. Indicou que não entende porque questões pessoais devem ser tratadas em sede do Conselho Geral. Considera que o FSE só pode ser concedido nas finalidades e montantes devidamente enquadrados no regulamento. Por este motivo considera que este ponto não deve ser discutido em sede do Conselho Geral, mas apenas a DN pode tomar essa decisão.

Inscrições

Porto

Aveiro

Castelo Branco

Évora

Vila Real

Dada a palavra à DD Porto no Presidente Aníbal Mateus.

Indica que se está a discutir apenas se o ponto se deve incluir ou não na Ordem de Trabalhos e não o mérito do recurso, pelo que se deve manter na Ordem de Trabalhos.

O Conselho Geral tem competência para analisar a questão e discutir ponderadamente.

As restantes delegações prescindem da palavra.

A Delegação de Lisboa solicitou esclarecimento.

Às 15h26 a Delegação Distrital de Faro entrou na sala, perfazendo um total de 366 (trezentos e sessenta e seis) presenças.

Votação

SIM – 338

NÃO – 11

ABSTENÇÃO - 17

A proposta foi rejeitada, mantendo-se o ponto 4.2 na Ordem de Trabalhos.

Palavra à DD Porto para apresentação da proposta 2

Votação

Votos a favor – 366

Votos contra - 0

Abstenção –

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Após a votação das propostas apresentadas, a Ordem de Trabalhos ficou a seguinte:

1. Informações;

2. Apreciação, discussão e votação do ORÇAMENTO DO STI, para 2024 (Gestão Corrente e FAS);

3. Análise da situação político/sindical atual;

4. Diversos

4.1 Recurso do Sócio Sérgio Santos sobre decisão da DN relativa ao FSE

4.2. Recurso de processo disciplinar

O PM deu a palavra ao Presidente de Delegação Distrital (PDD) Leiria, que como anfitrião desejou as boas-vindas a todos e indicou que iria propor uma caminhada junto à Lagoa de Óbidos no dia seguinte.

O PM indicou que pretende que os trabalhos se prolonguem pela noite de hoje, para que se possam adiantar os trabalhos o mais possível e assim possibilitar a caminhada proposta.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number 2 and various initials.

Período de antes da Ordem do Dia

O PM chamou a Presidente da DN que tomou a palavra.

Felicitou todos os órgãos recentemente eleitos.

Enalteceu o trabalho dos funcionários do STI, bem como do Secretário-Geral do STI, agradecendo o seu empenho, tal como o Conselho Fiscal, Mesa Coordenadora e Direções Distritais que colaboraram com a Direção Nacional, que cessa agora funções.

Uma palavra especial para os Delegados Sindicais pelo seu trabalho e gratidão a todos os sócios.

O Vice-Presidente Gonçalo Rodrigues tomou a palavra para agradecer igualmente a todos os órgãos e funcionários do STI.

Foi apresentado um voto de pesar relativo ao falecimento do sócio Eurico Neto.

Foi distribuído o "Caderno de Informação n.º 3 do STI". O Secretário-Geral do STI Francisco Rodrigues fez a leitura de um extrato de uma entrevista dada pelo sócio Eurico Neto, na comemoração dos 45 anos do STI.

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

O PM abriu as inscrições para o "**Período antes da ordem do dia**".

Inscrições:

Coimbra

Lisboa

Leiria

Palavra à DD Coimbra

Apresentou um voto de pesar pelo apoio da atual DN ao STE.

Apresentou uma congratulação pela eleição da Direção Distrital de Coimbra, na pessoa da sua Presidente Anabela Costa, presente na sala, para a qual pediu uma salva de palmas.

O PM informou que o sócio Ângelo Soares deveria estar presente como observador, mas não vai acontecer por ter falecido a sua mãe, mostrando a solidariedade do Conselho Geral neste momento.

Palavra à DD Lisboa que falou sobre as eleições que ocorreram recentemente, nomeadamente para a Direção Nacional.

Palavra à DD Leiria que apresenta um voto de pesar relativo a todos os colegas que faleceram durante o corrente ano.

Quer igualmente apresentar a nova Presidente da Direção Distrital de Leiria recentemente eleita, Zélia Lopes, para a qual pediu também uma salva de palmas.

Foi encerrado o período de Antes da Ordem do Dia.

Ponto 1 – Informações

Palavra à DN

A Presidente da DN informou que solicitou esclarecimento à Divisão de Recursos Humanos, que foi respondido no dia anterior.

Questões colocadas e respondidas:

- Concurso do 38.º

Audições prévias ao concurso do 38.º, homologação está em fase final.

Existência de sentença, que foi objeto de recurso, relativa à manutenção de pontos, pelo que não há decisão definitiva.

Foi solicitado o levantamento dos pontos dos colegas que estão no concurso do 38.º para que eventualmente em janeiro possa haver alteração remuneratória por via do procedimento excecional.

- Movimento de transferência

Está prevista a realização no decurso do último trimestre de 2023.

- Consolidação procedimento de mobilidade para TAT

Estão a ser envidados esforços junto do SEAF.

- Procedimento para IT2

Não há informação concreta

- Consolidação da mobilidade para TSA

Existe decisão judicial para anulação da extinção do procedimento, objeto de recurso pelo STI, porque existe proposta de alteração legislativa para resolução do problema.

- Inversão de posições remuneratórias

A AT indica que só pode ser resolvida por via legislativa.

- Recrutamento de novos trabalhadores

A AT tem apresentado propostas para recrutamento ao SEAF que carece de autorização do Governo, não existindo decisão.

Inscrições para o ponto 1

Inscrições:

Coimbra

O Presidente da DD Coimbra informou que amanhã será facultado um despacho que irá salvar os colegas que têm procedimentos disciplinares por acessos indevidos às bases de dados.

Foi encerrado o ponto

Ponto 2 - Apreciação, discussão e votação do ORÇAMENTO DO STI, para 2024 (Gestão Corrente e FAS)

Palavra à DN

A Tesoureira da DN apresentou a proposta de Orçamento do STI.

Agradeceu a todos pelo trabalho efetuado e pelo apoio que lhe foi dado enquanto Tesoureira da Direção Nacional cessante, indicando que o seu empenho foi máximo e sempre ao serviço do interesse do STI.

Foi dada a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, que felicitou a nova Direção Nacional eleita e Direções Distritais.

Informou que o Parecer do Conselho Fiscal é a aprovação do Orçamento.

Os trabalhos foram suspensos pelas 16:47 para um *coffe break*.

Trabalhos retomados pelas 17:30

Inscrições para o ponto 2

Viseu

Faro

Setúbal

Vila Real

Coimbra

Aveiro

Leiria

Dada a palavra à DD Viseu

Agradeceu à DN na pessoa da sua Tesoureira o trabalho feito para consolidação das contas do STI. Realça o problema que o Seguro de Saúde irá representar para o STI e para a próxima DN.

Indica que há uma pequena incorreção na proposta de orçamento relativamente às despesas das rendas da Distrital.

Palavra à DD Faro que endereçou à Tesoureira da DN o agradecimento pela forma como desempenhou o seu papel ao longo do mandato.

Considera que o orçamento é equilibrado de forma genérica.

Indica que o Sindicato parece cada vez mais vocacionado para o seguro de saúde, não entendendo como o fundo orçamentado para a luta sindical é tão baixo.

Palavra à DD Setúbal, agradecendo também o trabalho feito nos orçamentos.

Mostra a sua preocupação com a questão do seguro de saúde.

Uma nota relativa ao montante orçamentado com despesas de comunicação, por considerar que deve ser feito maior investimento no site do STI.

Palavra à DD Vila Real, que felicita os novos elementos eleitos.

Indica igualmente a preocupação com a questão do seguro, que é estrutural. Deve ser melhorado o controlo interno na questão da sinistralidade. Disse que é necessário que haja colaboração de todos para auxiliar o trabalho da nova DN.

Palavra à DD Coimbra, que refere que nem sempre é aceite o trabalho de todos.

Indica que há uma companhia de seguros – AdvanceCare, que poderá ser solução para o seguro de saúde antes de ser fechada a negociação.

Menciona que a negociação com a questão da previsão de sinistralidade não é séria.

Lança o desafio à futura DN para tratar rapidamente da questão do seguro.

Indica que no dia seguinte irá apresentar informação que irá garantir a negociação do seguro.

Palavra à DD Aveiro, que indica que deve ser controlado o seguro.

A palavra-chave do sindicato é solidariedade.

Palavra à DD Leiria, que dá os parabéns à DN pelo trabalho que desenvolveu na elaboração do orçamento.

Diz que nos últimos anos ninguém quis saber da questão do seguro. Que propôs a criação de um grupo para pensar esta questão.

Que o aumento de sinistralidade é muito estranho. Deve haver um maior controlo porque há muitas questões que são obscuras. 90% dos sócios são sócios pelo seguro pelo que tem de ser mantido. A plataforma da Medis é má.

Indica que provavelmente terá de haver um orçamento retificativo. A Tesoureira informa que não existe esta figura, pelo que terá que ser feita uma transferência de verbas.

Não havendo mais inscrições passou-se à votação.

Favor – 366

Contra – 0

Abstenção – 0

A proposta de orçamento foi aprovada por unanimidade.

Foi encerrado o ponto 2

Ponto 3 - Análise da situação político/sindical atual;

O PM solicitou aos conselheiros a numeração das propostas apresentadas:

Proposta 1 – Direção Distrital de Faro

Proposta 2 – Direção Distrital de Coimbra “UFE”

Proposta 3 – Direção Distrital de Coimbra “STE”

Palavra à DN

A Presidente da DN iniciou a sua intervenção fazendo um enquadramento cronológico das questões em apreço.

Em abril de 2023 no CG, esteve presente o SEAF, Dr. Nuno Félix, numa altura em que havia várias ações de protesto a decorrer. Nessa altura foi deliberado por maioria a suspensão do protesto para trabalhar em cooperação com o SEAF, conforme indicado pelo próprio.

Houve várias reuniões de trabalho em que foram estabelecidas prioridades imediatas, como a Avaliação Permanente, a revisão do FET, a conclusão de procedimentos pendentes e o funcionamento da AT. As reuniões foram conjuntas com a DN e outros sindicatos.

Relativamente à questão do funcionamento da AT foram focadas as questões do atendimento e da falta de pessoal.

A avaliação permanente tem de ser regulamentada por despacho do SEAF e SEAP, que deveria estar concluída em 2023 para entrar em vigor em 2024, com a possibilidade de compensação pelo atraso da regulamentação.

Relativamente ao suplemento, foi apresentada a proposta de manutenção das percentagens e o pagamento pela posição remuneratória.

Nas reuniões com a administração pública, foi aprovado o regime especial de aceleração da progressão, a revisão das carreiras informáticas, a revisão do SIADAP.

Na reunião de outubro foi colocada a questão da equiparação de cargos de chefia.

Foram apresentadas algumas propostas no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, nomeadamente custas judiciais, ajudas de custo.

Com a notícia da demissão do Governo, a primeira questão a tratar foi o contacto com a Secretaria de Estado para verificação do estado das propostas, tendo sido indicado que se mantinham a trabalhar.

Com a notícia da valorização das carreiras gerais, foi solicitado contacto para análise do estado das negociações que deviam decorrer para as carreiras especiais.

Foi feita proposta de valorização das carreiras especiais da AT, com algumas salvaguardas.

Foi promovido contacto também com a anterior SEAF, António Mendonça Mendes para que fossem regulamentadas as questões pendentes.

No Conselho de Ministros a realizar no dia de amanhã, a informação existente é que o regulamento do suplemento será discutido.

Terminou a sua intervenção indicando que as Direções passam, mas o Sindicato fica.

A luta continua.

Inscrições para o ponto 3:

DD Coimbra

Palavra à DD de Coimbra, que indica que no dia 13 de janeiro se irá realizar em Braga o Encontro de Coros.

Refere que a DN publicou uma nota de imprensa vergonhosa por uma intervenção do Primeiro Ministro António Costa, que defendeu os trabalhadores da AT.

Disse que o SEAF considera injusto que não consigamos os nossos propósitos.

Disse que está para ser aprovado amanhã no Conselho de Ministros o FET na percentagem que estava antes da Troika, pela posição remuneratória, mensalmente.

Leu despacho do SEAF referente aos acessos às bases de dados por parte dos funcionários da AT.

Os trabalhos foram interrompidos às 19:20 para jantar.

Às 21:00 foram retomados os trabalhos.

O PM recomendou a leitura das propostas apresentadas para este ponto da ordem de trabalhos.

Passou-se à apresentação das Propostas

Proposta 1 – Delegação Distrital de Faro

Tomou a palavra o PDD que indicou que a Delegação Distrital de Faro aprovou uma proposta para pedir a demissão imediata da Diretora Geral e da Subdiretora da DSGRH da Autoridade Tributária e Aduaneira e apresentou os motivos subjacentes a esta proposta.

O Presidente da DD Porto solicitou esclarecimento relativamente à redação da proposta, tendo o Presidente da DD Faro indicado que pede a demissão da Sra. Diretora Geral e Sra. Subdiretora Geral da área dos Recursos Humanos.

Inscrições:

Viseu

Coimbra

Vila Real

Lisboa

Dada a palavra à DD Viseu que diz que subscreve e se revê nesta proposta. Tal como foi apresentada pela própria DD Viseu que deveriam ser colocados outdoors a pedir que a Diretora Geral se demitisse.

Dada a palavra à DD Coimbra que indica que a proposta não vai ser favoravelmente na sua totalidade.

Só concorda com os 3 primeiros parágrafos da proposta.

Uma subdiretora que não consegue distinguir as funções dos seus trabalhadores não pode continuar em funções. Uma diretora geral que considera que os acessos dos trabalhadores devem ser objeto de processos-crime não pode ser diretora geral.

Dada a palavra à DD Vila Real que indica que confrontada com esta proposta, a Delegação e os sócios se revêm completamente nela. Considera que a Diretora e a Subdiretora Geral não reúnem condições para chefiar ninguém. A DD Vila Real sempre foi apologista de denunciar as más práticas que foram acontecendo. Questiona, contudo, a eficácia e o timing desta proposta.

Dada a palavra à DD Lisboa que vem secundar aquilo que o PDD Vila Real disse.

Questiona o sentido prático desta proposta numa altura em que o Governo estará em gestão.

Dada a palavra ao PDD Faro que responde que o pedido de demissão deve ser feito para o STI demonstrar a sua insatisfação. Desafiou a Delegação de Coimbra a votar favoravelmente a proposta, uma vez que concorda com a demissão.

O Presidente da DD Coimbra indica que será aprovada se a redação for apenas os 3 primeiros parágrafos.

Dada a palavra ao Secretário da Mesa Coordenadora, Jorge Lopes. Indicou que por vontade política do SEAF a Diretora Geral já teria sido demitida, mas não tem força política para tal. Considera que a proposta tem mérito, mas pode contraproducente.

O Presidente da DD Faro indica que retira o último parágrafo da proposta.

Dada a palavra à DN que considera que também se deve pedir a demissão da Diretora de Recursos Humanos. Vota favoravelmente à proposta.

Passou-se à votação:

A Favor - 366

Contra - 0

Abstenção – 0

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Palavra à DD de Coimbra para defender as propostas 2 e 3.

Considera que não há qualquer benefício em pertencer à UFE, uma vez que não foram até à data apresentados quaisquer resultados.

Relativamente ao STE, diz que os milhares de sócios do STI têm servido para dar benefício às carreiras gerais e não à carreira especial.

Disse que na última reunião de negociação foi apenas o Sereno em representação da DN, que não se pronunciou para defender a posição do STI.

O PM pediu à DN para se pronunciar sobre estas propostas.

A Presidente da DN indicou que nos anos 80 foram feitos contactos com a UFE.

A adesão à UFE foi decidida em Conselho Geral. Considera que pertencer à UFE é uma mais-valia porque permite ao STI conhecer outras realidades.

Relativamente ao STE, a parceria existente vem desde o tempo em que o Manuel Alberto era presidente da DN.

Diz que o STI é um sindicato independente e não tem assento na concertação social. Todas as questões transversais à função pública o STI não tem intervenção, tal como o STE.

Foi considerado que a união ao STE permitira a criação de uma frente sindical que teria assento na concertação social e seria convidada para a discussão das questões transversais, não existindo uma participação muito ativa. Só vai um membro da DN às reuniões ou até o Secretário-Geral do STI.

Palavra ao VPDN Luís Ferraz que indicou que a Frente Sindical criada pelo STE para ter assento na concertação social, confunde-se com o STE, sendo que o STI é o sindicato com maior peso na frente sindical.

Inscrições para discussão da Proposta 2

Aveiro

Açores

Coimbra

Faro

Viseu

Guarda

Leiria

Dada a palavra à DD Aveiro indica que os delegados de base não têm muita informação quanto ao trabalho da UFE. Considera que o STI deve, ainda assim, manter-se na UFE.

Dada a palavra à Delegação Regional dos Açores, que indicou ter sido contactado para participar no Comité Económico e Social da União Europeia para discussão do tráfico internacional das pequenas remessas. Isto servindo de exemplo que o STI se deve manter numa organização internacional porque permite estes contactos.

Dada a palavra à DD Coimbra que indica que enquanto for bom pertencer às organizações o STI deve manter-se, mas que agora já não é, pelo que o STI se deve retirar. Acha que se deveria fazer um referendo para a manutenção na UFE.

Palavra à DN para pedir esclarecimento se Coimbra pretende alterar a proposta no sentido de recomendar que seja feito um referendo.

Coimbra indica que altera a proposta passando a recomendação.

Passou-se à discussão da Proposta 3

Porto

Açores

Viseu

Faro

Guarda

Coimbra

Palavra à DN na pessoa do Vice-Presidente da DN Gonçalo para dizer que tanto ele como o Vice-Presidente Ferraz são contra a manutenção do STI na frente sindical da STE.

Considera que antes de sair deve ser forçado o contacto com o STE para poder eventualmente passar o STI a liderar a frente sindical, considerando que não se deve tomar já uma decisão.

O Secretário da MC indicou que não houve votação para adesão ao STE, sendo competência exclusiva da DN e não do Conselho Geral.

Dada a palavra à DD Coimbra que indica que a proposta refere a saída do STE mas é a saída da frente sindical.

Refere igualmente que na página da CGTP aparece o STI como sindicato que integra a central sindical.

Diz que face ao que o Vice-Presidente Gonçalo indicou, Coimbra retira a proposta e recomenda que sejam feitas diligências.

Foi retirada a proposta.

O Vice-Presidente Gonçalo diz que a matéria deveria ser na mesma discutida ainda que tenha sido retirada a proposta.

Foram suspensos os trabalhos pelas 22h48.

Vão reiniciar pelas 8h30 horas de dia 7.

O Presidente da Mesa Coordenadora José Medeiros encontra-se presente. Reiniciados os trabalhos pelas 8h30 verificou-se que não havia quórum e os trabalhos recomeçarão pelas 9h30.

Pelas 9h30 foi feita a chamada e verificou-se a presença das seguintes delegações.

AÇORES; AVEIRO; BEJA; BRAGA; BRAGANÇA; CASTELO BRANCO; COIMBRA, ÉVORA; FARO; GUARDA; LEIRIA; LISBOA; MADEIRA; PORTALEGRE; PORTO; SANTARÉM; SETUBAL; VILA REAL; VISEU, DIREÇÃO NACIONAL, MESA COORDENADORA E CONSELHO FISCAL.

Totalizam 357 votos.

Período antes da ordem do dia.

Inscrições:

Leiria

O PDD informou que dadas as condições de tempo a caminhada prevista para o período da tarde foi cancelada.

Retomou-se a Ordem de Trabalhos no Ponto 3

Não houve inscrições.

Foi encerrado o ponto 3

Pelas 9h40 a delegação de Viana do Castelo entrou na sala, passando a 366 votos.

Ponto 4 – Diversos

Recomendação 1 – Delegação Distrital de Braga

Foi dada a palavra à DD Braga para apresentação da recomendação.

Dada a palavra à DN indicou que concorda com os princípios que estão presentes na Recomendação, mas que os mesmos se praticam.

Considera que parte do texto no que se refere ao recurso apresentado pelo sócio Sérgio Santos é uma insinuação grave que poderá ter influenciado o resultado das eleições que se realizaram para a DN posteriormente.

Havendo dúvidas deveriam ter sido solicitados esclarecimentos à DN, que tomou a decisão. A decisão foi tomada por membros que pertencem a ambas as listas candidatas.

Proposta 1 – Portalegre

Dada a palavra à DD Portalegre, indicou que pretende que passe a recomendação. Foi apresentada a recomendação e as motivações para a mesma.

Dada a palavra à DN indica que toma boa nota da recomendação.

A DD Porto faz um esclarecimento que relativamente à questão da inflação será o que está plasmado no orçamento.

4.1 – Recurso do sócio Sérgio Santos

Dada a palavra ao sócio Sérgio Santos que explicou que na deslocação para o CG de dezembro de 2018, teve um acidente com a sua viatura, pela existência de um objeto na autoestrada, considerando que a culpa não é sua, mas teria de ser assacada à BRISA.

Os estragos foram muito avultados e nessa circunstância foi colocada a possibilidade de pedir um empréstimo ao STI para fazer face às despesas de reparação, sendo que iria ser imputado à BRISA a responsabilidade, processo que se encontra em tribunal e que considera que o desfecho do mesmo lhe será favorável.

Nunca esteve em causa o pagamento do empréstimo ao STI.

Tem empréstimo bancário para aquisição da sua casa, que nos últimos tempos tem subido muito. Tem bastantes despesas.

Será inoportuno se tiver de começar a pagar agora a mensalidade, sendo que prevê que o desfecho do processo judicial esteja para breve e que lhe seja favorável, uma vez que já existe uma proposta da BRISA para pagamento de metade do valor pedido.

Inscrições

Coimbra

Aveiro

Porto

Dada a palavra ao PDD Coimbra, indica que está emocionado, mas que o que está em causa é a legalidade do empréstimo. Indica que está disponível para fazer um empréstimo pessoal para ajudar o sócio Sérgio Santos, mas que não pode aceitar um empréstimo que não tem cabimento legal nos regulamentos do STI.

Dada a palavra ao PDD Aveiro

Considera que a ética e a moral às vezes andam de costas voltadas com a lei.

Considera que nestes momentos a palavra-chave é solidariedade.

Dada a palavra ao PDD Porto

Considera que o sócio Sérgio Santos não pede que lhe seja perdoada qualquer dívida, mas tão somente o adiar do seu pagamento.

Há solidariedade com o sócio, mas também há rigor com o STI para que o sindicato não seja prejudicado, sendo ressarcido da totalidade do valor emprestado.

Dada a palavra à Tesoureira da DN, informou que o empréstimo foi concedido a título excecional, porque o sócio Sérgio Santos teve um acidente a caminho de um CG do STI e na altura teria dificuldades financeiras para fazer face à reparação da sua viatura.

Uma vez que foi interposto processo judicial foi decidida prorrogação do início do prazo de pagamento. Em agosto de 2023, não havendo expectativa de que o processo judicial se concluisse em breve, foi decidido pela DN que o pagamento das prestações fosse iniciado no mês seguinte sendo o sócio disso notificado.

Foi colocada a possibilidade de renegociar o valor da prestação, mas o sócio interpôs o presente recurso.

A DD Porto indica que vai apresentar uma recomendação para este ponto

A DD Coimbra diz que, caso o recurso seja reprovado, o sócio Hélder Ferreira a título pessoal assumirá a dívida do sócio Sérgio Santos perante o STI.

A DN pediu uma pausa de 10 minutos para trocar impressões sobre esta questão.

A DD Porto apresentou recomendação para que a DN suspenda o prazo de pagamento até trânsito em julgado da decisão judicial contra a BRISA.

A DN não aceita a recomendação.

O Secretário da MC indica que o recurso do sócio Sérgio Santos não tem efeitos suspensivos pelo que, mesmo que seja aprovado, a DN poderá solicitar o pagamento do valor em dívida.

A DD Porto indica que se deve seguir para votação.

Iniciou-se a votação

Favor –168

Contra –117

Abstenção – 61

A proposta foi aprovada por maioria.

Declarações de voto

Castelo Branco

Leiria

Ponto 4.2 – Recurso do Processo Disciplinar

O Presidente da Mesa Coordenadora, José Medeiros retirou-se da Mesa do Conselho Geral, passando esta a ser presidida pelo Vice-Presidente Joaquim Galvão.

O PMC tomou a palavra para ler a sua defesa.

Inscrições para este ponto:

Conselho Fiscal

Coimbra

Lisboa

Viseu

Castelo Branco

Palavra ao Conselho Fiscal que disse que a participação foi feita contra o Presidente da Mesa Coordenadora e não contra o sócio José Medeiros.

Leu a participação efetuada pelo Conselho Fiscal ao Conselho Disciplinar.

O Secretário da Mesa Coordenadora Jorge Lopes tomou a palavra para ler a proposta apresentada pela DD Lisboa, que originou a presente participação disciplinar, que foi aprovada, que dizia que o Presidente da Mesa Coordenadora poderia solicitar pareceres internos que seriam alvo de análise.

O CF leu a proposta apresentada por Lisboa integralmente, que indica que o CF lamenta ter de apresentar a participação disciplinar, mas que regulamentarmente estaria obrigado.

O PMC José Medeiros pediu a palavra para defesa da honra.

Leu um excerto de ata em que o Vice-Presidente da DN Ferraz pediu para que fosse respeitada a decisão do Presidente da MC sobre esta matéria.

Indica que não estiveram nunca em causa quaisquer motivações pessoais, mas sempre o superior interesse coletivo do STI.

CF considera que as declarações proferidas pelo VPDN Ferraz não eram uma proposta e não estavam na participação nem deveriam constar em ata.

VPDN Ferraz diz que não votou favoravelmente o pagamento da despesa com honorários que deu origem à participação. Que deveria ser ouvida a gravação do CG e que a sua interpretação era que estando a situação do conselho de disciplina relativamente ao anterior Presidente Paulo Ralha deveria esta matéria ser definitivamente encerrada.

O PDD Coimbra diz que vergonha seria o STI ficar a dever os honorários. A Mesa Coordenadora tem de assumir as decisões do CG. Considera que não pode estar a pedir pareceres jurídicos para fazer o que foi decidido pelo CG.

Não há atas que digam que o STI devia pagar ao advogado Tiago Caiado Guerreiro.

Termina dizendo que todos os órgãos têm de cumprir as decisões do C.G. mas não se tem verificado.

Palavra à DD Lisboa que diz que não está em questão o sócio José Medeiros, mas o PMC.

As questões sindicais têm de ser tratadas de forma institucional e que o PMC ignorou o deliberado no Conselho Geral.

Quando o cidadão Paulo Ralha foi condenado por difamação, não seria uma questão institucional, mas sim pessoal, paga pelo dinheiro do STI.

PDD Coimbra pediu esclarecimento quanto ao pagamento da indemnização que o Presidente da Direção Distrital de Lisboa recebeu, que não soube indicar.

O PDD Faro pediu esclarecimento sobre a questão que se está a debater nesta questão.

O PMC diz que é apenas sobre o recurso e não sobre outros processos paralelos.

Palavra à DD Viseu que indica que o sentido de voto, caso fosse por delegação seria a abstenção, que não teria direito de voto, fazendo por isto uma análise neste momento.

Considera que a participação disciplinar deveria ser à Mesa Coordenadora e não apenas ao PMC.

Palavra ao PDD Castelo Branco que considera que os pareceres internos seriam necessários e fundamentais para que houvesse ou não participação crime e o voto da delegação de Castelo Branco naquele conselho geral foi nesse sentido.

O PMC, na posse de um parecer que considera funcionais os atos que poderiam ser objeto de queixa, não deveria avançar.

Foi feita uma pausa nos trabalhos para poder efetuar o check-out do alojamento.

Retomados os trabalhos pelas 12h30.

Palavra ao PMC José Medeiros para uma intervenção final. Indica que todos os documentos em que se baseou o seu despacho estão arquivados no stiforms.

Diz que a sua decisão se motivou no facto de serem atos funcionais e a assunção do pagamento pela DN dos honorários não haveria motivo para prosseguir.

Iniciou-se a votação.

Votação secreta – votos totais 81

Votos a favor – 52

Votos contra - 15

Branco e Nulos – 14

O recurso foi aprovado por maioria.

O PMC retomou o seu lugar na Mesa para dirigir os trabalhos.

Agradeceu a confiança que os sócios manifestaram ao José Medeiros.

Encerramento dos trabalhos

O PDD Coimbra pediu a palavra a palavra para desejar sucesso à nova Direção Nacional e pedir aos conselheiros para serem exigentes com o seu trabalho. Desejou Boas Festas a todos os conselheiros.

O PCF tomou a palavra para manifestar o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Tesoureira da DN cessante, que não irá manter-se na nova direção.

Manifestou igualmente o seu apreço pelo membro do CF Pinto Moreira que não irá igualmente manter-se em funções.

O membro do CF Pinto Moreira tomou a palavra para dizer que o seu trabalho no sindicato é longo e enquanto está a trabalhar no sindicato não tem amigos. Sempre trabalhou para o interesse do Sindicato.

Irá manter a sua ligação.

Agradece o trabalho de todos os órgãos e deseja os maiores sucessos.

Palavra à DN que diz que fica demonstrado que as decisões do Conselho Geral são dignas para manter a imagem do STI.

Apela a todos para trabalhar com a Direção Nacional.

Diz que sempre esteve no STI para acrescentar valor.

O cenário do futuro é complexo tanto na AT como no próprio STI, pelo que é importante a participação de todos.

Deseja Boas Festas a todos.

Para encerramento dos trabalhos o PMC diz que se deve sempre manter o nosso contributo individual para que o STI cumpra a sua função fundamental que é a defesa intransigente dos seus sócios.

Deseja que a nova Direção tenha empenho para que haja resultados marcantes no próximo ano.

A Mesa Coordenadora agradeceu a colaboração de todos os conselheiros desejando um Bom Natal a todos.

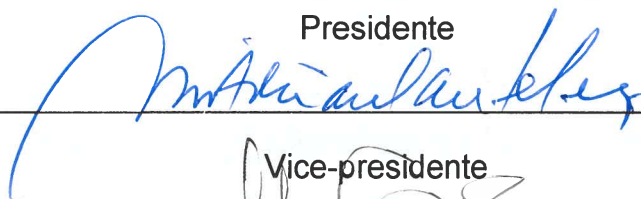
10
H
B
G

O conteúdo deste Conselho Geral encontra-se gravado em CD que irá ser entregue pela Mesa Coordenadora, juntamente com os documentos apresentados, ao Secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI).

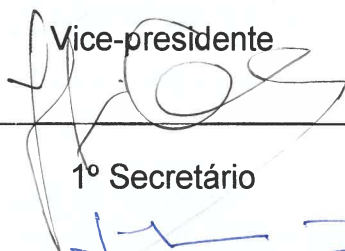
Foz do Arelho, sete de dezembro de 2023

A Mesa

Presidente



Vice-presidente



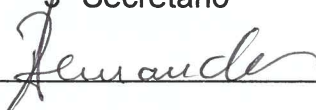
1º Secretário



2º Secretário



3º Secretário



Vogal

Vogal

